



## O AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA PARAENSE: Dendeicultura e “questão social”

Thais Sousa Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Partindo do pressuposto de que a expansão do agronegócio na Amazônia está diretamente relacionada com o processo de acumulação e concentração de capital, o presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise acerca do processo de desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia Paraense e identificar a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental as expressões da “questão social” na região.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Dendeicultura; Questão Social.

### Abstract

Based on the assumption that the expansion of agribusiness in the Amazon is directly related to the process of accumulation and concentration of capital, the present work aims to carry out an analysis about the process of development of the Amazonian forest in Paraense and to identify from a research Bibliographical and documentary expressions of the "social question" in the region.

**Keywords:** Agribusiness; Dendeicultura; Social issues.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: tsilva0514@gmail.com

## I. INTRODUÇÃO

O agronegócio é visto como uma alternativa do grande capital para a acumulação de riqueza, visto que a sua exploração em grandes extensões de terras tem gerado um lucro expressivo para os capitalistas.

Nesta perspectiva, a Amazônia com seus recursos naturais e grande extensão territorial é vista na cena de acumulação do capital agrário como uma alternativa viável para a execução do agronegócio. O Estado do Pará na década de 1980 iniciou o empreendimento da dendeicultura, quando a empresa Agropalma se instalou no Nordeste Paraense, por conseguinte, outras empresas de cunho nacional e internacional vieram para o referido Estado, com o intuito de aumentar suas taxas de lucro.

Por meio do desenvolvimento da palma de óleo na Amazônia Paraense as relações sociais se modificaram no campo. Os capitalistas utilizaram de “falsas promessas”, como: emprego para todos e desenvolvimento a região, mais oportunidades para a juventude através de construções de escolas e fornecimento de cursos de capacitação para formar uma mão de obra qualificada para a produção. No entanto, esses discursos apresentavam como fim, a posse das terras da população do campo pelas empresas.

Com a ausência do Estado, no que remete a falta de investimentos na agricultura familiar alguns moradores resistiram e não venderam suas propriedades mantendo de certa forma a atividade agrícola, mas a maioria o capital se apossou de suas terras e o valor pago na mesma não rendeu muito tempo. A essa população sem os meios de produção terão que adotar novas medidas, uns deslocaram-se para outras localidades e a cidade foi o lugar mais procurado e outros submeteram a renda familiar e a força de trabalho a lógica do capital agrário. O trabalhador rural que não tem mais a terra para manter a sua sobrevivência e de sua família se transformará em trabalhador assalariado, vivenciando a precarização do trabalho.

Dessa forma, com a introdução das empresas que cultivam o dendê no Pará, a ausência do estado na elaboração de políticas públicas para o campo e a falta de investimentos na agricultura familiar temos o processo de (re)produção das expressões da “questão social”. Com base nesse novo processo produtivo e as novas relações sociais no campo, este trabalho tem como finalidade abordar o processo de mercantilização do dendê na Amazônia paraense e a “questão social” na região.

## II. A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA PARAENSE

A produção e reprodução de mercadorias é imprescindível para a existência do Modo de Produção Capitalista, sendo que em todas as formas de organização da economia social “[...] a produção de bens (valores de uso) necessários à manutenção da vida social é um processo, um movimento que não pode ser interrompido”, a menos que haja falta daqueles bens. Dessa maneira, “parte da produção não pode ser consumida pela sociedade, mas deve ser transformada em meios de produção ou em matérias da nova produção” (BRAZ & NETTO, 2015, p. 124).

A rotação do capital separa o capital social em capitais específicos, onde temos o capitalista industrial ou agrário, que tem a função de extrair ao máximo sobretrabalho da classe operária no processo de produção; o capitalista comercial, na qual deve transformar as mercadorias em capital monetário e o capitalista financeiro, que concentra e disponibiliza capital monetário para a produção de mercadorias, essa separação se torna um condicionante indispensável para a realização da mais-valia. (BRAZ & NETTO, 2015)

Nessa perspectiva, o capital agrário está desenvolvendo as suas atividades com o intuito de expandir o agronegócio em escala global, visto que o mesmo é apresentado atualmente na internacionalização do capital uma atividade econômica que possibilita uma alta taxa de lucro para os capitalistas.

Na Amazônia brasileira a expansão do agronegócio deu-se por meio do II Plano de Desenvolvimento Nacional (PND, 1975-1979)<sup>2</sup> e sua leitura regional e o II Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PDRA, 2014)<sup>3</sup> que possibilitaram a produção de oleaginosas na região (NAHUM, 2015). O Estado do Pará, nesta perspectiva do desenvolvimentismo foi contemplado com a produção de dendê na década de 1980, quando a empresa Agropalma iniciou suas atividades no Nordeste Paraense, no entanto, a

<sup>2</sup> O II PND incluía a realização de investimentos ousados, principalmente direcionado às empresas estatais, naqueles que eram considerados os pontos de estrangulamento da economia nacional: setores de energia, principalmente petróleo; bens de capital; e tecnologia. As principais medidas adotadas foram à desvalorização cambial, facilitação das condições de crédito, e investimentos públicos nos setores de estrangulamento. O financiamento do II PND foi possível por meio dos petrodólares (receitas da OPEP ingressantes no mercado financeiro), que expandiram a disponibilidade de crédito no Sistema Financeiro Internacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF) acesso em: 13/06/2016.

<sup>3</sup> Constituído de programas e ações que objetivam a redução da pobreza, a promoção e a inovação tecnológica e a integração econômica intrarregional, o PRDA é o instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações da Sudam. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA é um plano no nível tático-operacional, elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, adotando as Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira definidas no Plano Amazônia Sustentável (PAS). Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/prda?id=76>, acesso em: 13/06/2016.

produção não era em larga escala. Somente com os incentivos do governo federal e estadual nos anos 2000, essa atividade passou a ser explorada em grandes extensões de terras e, em consequência, aumento de produção.

As políticas implantadas pelo estado que fomentaram a dendeicultura foram: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) implantado no ano de 2004, que tem como objetivo produzir biocombustível através da inclusão social dos assentados da reforma agrária e de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF); o Decreto nº 5.297, de 06.12.2004, que Institui o Selo Combustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS<sup>4</sup> incidentes na produção e na comercialização de biodiesel; a Lei nº 11.097, de 13.01.2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; a Resolução de 6 de 16.9.2009 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabelece em cinco por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final (antecipação da mistura obrigatória); o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, constituído no ano de 2010, que tem como objetivo disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis; o Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia; a Portaria nº 116, de 04.04.2013, que mostra as diretrizes específicas para a formação de estoques de biodiesel no país (NANHUM, 2015).

Com esses incentivos, houve a inserção de empresas nacionais e transnacionais na região, como é o caso da Biopalma<sup>5</sup>, da Petrobrás Biocombustíveis (P BIO)<sup>6</sup>, da portuguesa GALP Energia<sup>7</sup>, da Multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company)<sup>8</sup>, do

<sup>4</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que tem como objetivo financiar a Seguridade Social, em suas áreas fundamentais, incluindo entre elas a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública.

<sup>5</sup> A Biopalma da Amazônia S.A., empresa da Vale em sociedade com o Grupo MSP, possui cinco polos agrícolas na região do Vale do Acará e Baixo Tocantins, no nordeste do Pará, e será responsável, segundo a empresa, pela produção de 600 mil toneladas de biodiesel em 2019, quando a lavoura atingir sua maturidade.

<sup>6</sup> É uma subsidiária integral da Petrobras, criada em 2008 e está presente em todas as regiões do Brasil. Em parceria com a Galp, criaram-se a Belém Bioenergia Brasil, empresa que vai produzir óleo a partir da palma (dendê) no Pará para produção de diesel em Portugal.

<sup>7</sup> Criada pela Galp Energia em Janeiro de 2009, visa aprofundar e promover a intervenção do Grupo em domínios como a cidadania e a Responsabilidade Social.

<sup>8</sup> A ADM iniciou as suas operações no Brasil em 1997 após comprar diversas instalações de esmagamento, elevadores de grãos e silos. Em fevereiro de 2011, a ADM anunciou um investimento em uma operação de processamento e crescimento de palma sustentável em São Domingos do Capim, no Pará, em colaboração com agricultores locais e com o governo brasileiro. A parte de produção da operação irá abranger um total de 2.030 hectares – e será operada por aproximadamente 270 famílias de agricultores. A ADM está fornecendo assistência técnica a estes agricultores, com foco em práticas agrícolas sustentáveis. No geral, segundo a empresa os

Grupo Agropalma<sup>9</sup> entre outras, que devido ao baixo custo na produção e uma mão de obra barata o estado paraense tornou-se cobiçado pelos capitalistas (como é apresentado na Tabela 01) e, atualmente, o Pará é o maior produtor de dendê em nível nacional.

Tabela 01: Produção de dendê no Pará

Empresa	Municípios	Área Plantada (Ha)	Capacidade Instalada (T)	Projetos De Expansão (Ha)
Agropalma	Acará, Moju e Tailândia	45.000	201	50.000
Biopalma	Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tomé Açú e São Domingos do Capim	42.000	40	80.000
Yossan	Santa Isabel do Pará	16.000	-----	20.000
Denpasa	Santa Bárbara do Pará	6.000	12	10.000
Marborges	Moju	5.000	20	10.000
Dentauá	Concórdia do Pará, Santo Antônio do Tauá	4.000	-----	6.000
Petrobras/Galp	Moju Tailândia, Tomé-Açú, Acará, Concórdia do Pará, Bujaru e Abaetetuba	4.000	-----	75.000
ADM	São Domingos do Capim	3.000	-----	50.000
Palmasa	Igarapé Açú	3.000	28	8.000
Outros	-----	12.000	-----	20.000
<b>Total</b>		<b>140.000</b>	<b>340</b>	<b>329.000</b>

Fonte: Sagri e Repórter Brasil

As empresas para expandir a produção como podemos analisar na tabela acima, utilizam segundo Nanhum (2015) quatro estratégias, tais como: compra das terras, arrendamento, associação com o produtor familiar e aquisição da produção de produtores particulares. Essas iniciativas possuem um discurso “ilusório” que tem como viés o desenvolvimento regional com inclusão social, todavia, o que temos no campo são as

investimentos no Pará devem proporcionar um faturamento agrícola maior que deverá beneficiar aproximadamente 3.000 pessoas na região.

<sup>9</sup> Em 1982 constitui-se a primeira empresa no Estado do Pará, denominada Companhia Real Agroindustrial S.A (CRAI), localizada no município de Tailândia, já no ano de 2005 iniciou as atividades, em Belém, da Planta Piloto de Esterificação de Ácidos Graxos – resíduos do processo de refino. Essa unidade produziu biodiesel até o ano de 2010. No ano de 2007 houve uma reorganização societária do Grupo Agropalma, que passa a ser constituído por apenas duas empresas: a Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia.



contradições advindas da relação capital e trabalho, gerando processos relacionados à “questão social”<sup>10</sup>.

### III. DENDEICULTURA E “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA PARAENSE

O modo de produção capitalista não só produz mercadoria e mais-valia, produz e reproduz relações sociais. A produção mercantil capitalista é fundamentada no trabalho assalariado, este é fruto das relações sociais existentes, pois, a formação social do modo de produção capitalista possui um regime de propriedade privada dos meios de produção que cria duas classes sociais fundamentais: os capitalistas, que são donos dos meios de produção e podem comprar a mercadoria força de trabalho, e o proletário que possui apenas sua força de trabalho para manter a sua sobrevivência, sendo obrigado a vendê-la. (BRAZ & NETTO, 2015).

O caráter de classe resultante da acumulação capitalista é o que produz, segundo Braz e Netto (2015) “[...] uma enorme massa de homens e mulheres, cujo acesso aos bens necessários à vida é extremamente restrito” (p.139). Esses sujeitos são submetidos a estarem em um cenário de expansão da sua pobreza social em detrimento da concentração e crescimento da riqueza social dos grandes capitalistas.

O capital agrário concentra as terras nas mãos de poucos, retira o pequeno produtor do seu meio de trabalho e gera um alto índice de violência no campo. Segundo Canuto (2004) o agronegócio, está inserido em um grande processo de modernização conservadora, visto que, os avanços tecnológicos e de produção mistifica a estrutura fundiária e as relações de trabalho desenvolvido no Brasil desde o período colonial, buscando garantir a hegemonia ideológica do capital através da intensa produtividade da “moderna agricultura” que possui como caráter concentrador e predador do latifúndio.

Antes da inserção do processo de mercantilização do dendê as relações sociais no campo eram outras e se efetivavam de forma singular, ou seja, no cooperativismo, na agricultura familiar em que as trocas de mercadorias não eram mediadas pelo dinheiro, a produção era somente para a subsistência e a base do trabalho não era assalariado, sendo o tempo de trabalho mediado pelo próprio camponês, ou seja, o mesmo era o dono dos

---

<sup>10</sup> A “questão social” está relacionada com o surgimento do modo de produção capitalista, através dos conjuntos das expressões das desigualdades sociais, que se caracteriza como “pauperismo da massa”. Esse modo de produção, além de trazer uma nova concepção de trabalho, afeta drasticamente as relações sociais, exigindo uma maior competitividade e investimento na produção, não dando a devida atenção para o social, derivando assim, as contradições da relação capital e trabalho. Para uma melhor compreensão da “questão social” ver: (IAMAMOTO, 2015) e (NETTO, 2001).

meios de produção. Com a introdução das empresas, a ausência do estado na elaboração de políticas públicas e sociais para o campo e a falta de investimentos na agricultura familiar o pequeno agricultor está perdendo a sua essencialidade e se transformando em um trabalhador assalariado, onde não tendo outro meio de sobrevivência, ou vende a sua força de trabalho para as empresas submete as suas terras ao cultivo de dendê através dos contratos de integração ou parceria<sup>11</sup> (ver tabela 02). Acerca desses contratos Ferreira (2016) afirma que:

A “parceria” está configurada por uma relação de extrema subordinação do pequeno agricultor à lógica essencialmente econômica da Agropalma, que o transformou em uma espécie de “funcionário terceirizado”. As cláusulas contratuais que regem a “parceria” resguardam, notoriamente os interesses da empresa. Houve o controle unilateral da estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê pela Agropalma. O agricultor familiar foi integrado à cadeia do dendê em condições totalmente desfavoráveis para a racionalidade orgânica da agricultura familiar. (p. 124)

Tabela 2: agricultores familiares integrados no dendê entre 2010 e 2012

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA
Acara	42	420
Aurora do Pará	3	30
Baião	1	10
Bujaru	1	10
Cameta	3	30
Castanhal	1	10
Concórdia do Pará	16	160
Garrafão do Norte	20	200
Igarapé-Açu	3	30
Irituia	11	110
Mocajuba	1	10
Moju	115	1150
São Domingos do Capim	143	1.430
Tailândia	95	950
Tomé-Açu	126	1.260
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>5.810</b>

Fonte: Basa

A tabela acima demonstra a quantidade de familiares que realizaram os contratos de parcerias com as empresas no ano de 2010 e 2012 e a área cultivada. Pode-se observar a crescente expansão de terras que o capital agrário está utilizando em parceria com os agricultores familiares, sendo que o Estado fomenta a produção de palma de óleo na região e não elabora políticas que visam beneficiar de fato a população do campo.

<sup>11</sup> O contrato de integração é uma “parceria” entre os agricultores familiares e as empresas. Esses agricultores fecham contratos de 25 anos com as empresas que exploram as suas terras e sua força de trabalho. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf> acesso em: 03/03/2017.

As novas relações sociais pautada na lei de acumulação do capital transforma o processo de trabalho no campo e submete a renda familiar e a força de trabalho do produtor rural ao capital agrário. Com a desapropriação dos meios de trabalho dessa população as produções de alimentos comuns à região estão ficando em segundo plano ou não estão sendo realizadas. Segundo Nahum (2015):

[...] De fato, é a ausência de política de estado para as comunidades camponesas, que desencadeia a descampesinização, redirecionando-o para reprodução de um modo de vida que não é o seu. Senão, vejamos, campesinato da Amazônia paraense não dispõe de alternativa produtiva com o mesmo suporte institucional capaz de se configurar como alternativa ao dendê. [...] Camponeses buscam nas empresas emprego e renda, colocando as atividades de produção, criação, extração e cultivo na unidade produtiva familiar em segundo plano ou mesmo abandonando-as, emergindo um campo onde o trabalho na terra tornou-se sinônimo de emprego e as relações sociais mediadas predominantemente pelo dinheiro. Antes, na produção do espaço rural imperava o circuito onde a economia camponesa produzia mercadorias para vender no mercado e comprar o que precisava. Agora o dinheiro não provém da produção camponesa, mas fundamentalmente do assalariamento rural, da venda de dendê produzido pelos agricultores familiares associados e dos programas de bolsa família, bem como aposentadoria rural e remessa de recursos de familiares (p. 324-325).

Observa-se que a expansão da dendeicultura na Amazônia Paraense ocasiona um processo de desconstituição das comunidades campestres, pois os costumes, os valores estão se perdendo e a violência e o individualismo se propagar nestes espaços. Os produtores rurais, iludidos com a persuasão dos capitalistas, vendem as suas terras aos mesmos e, a partir disso, travam uma briga entre si por uma vaga de emprego nas indústrias. Além de que, não existem políticas sociais suficientes para atender a essa população.

Dessa maneira, na conjuntura política e econômica brasileira se faz presente o ideário neoliberal que inseriu-se no Brasil através do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992). O neoliberalismo estabelece a privatização, focalização e descentralização e desencadeia na área social um impacto estrutural, pois a sua política demarca a retirada dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, planeja o exército de reserva com o objetivo de apossar de uma mão de obra barata, desmobilizar a luta dos trabalhadores e grupos inconformados com a situação imposta e realiza um corte acentuado nas políticas sociais que atendem a população, sendo que atuação estatal é mínima e prioriza a estabilidade econômica.

No governo Temer, o agricultor além de estar inserido em uma nova escala de produção diferente da qual realizava, presencia um ataque aos seus direitos. Em destaque no cenário atual temos a Proposta de Emenda à Constituição PEC 287 que prevê a Reforma da Previdência, impondo uma idade única e tempo de contribuição de 49 anos.

Essa negação e retirada dos direitos e o acesso restrito dos/as usuários/as do campo aos serviços e a informação é um dos desafios colocados para os profissionais de



Serviço Social que possui na sua formação um olhar crítico de sociedade e um projeto societário construído coletivamente. Sendo que a profissão possui um cunho investigativo e interventivo que utiliza das dimensões teórico-metodológico, técnico operativo e ético-político no atendimento ao usuário/a.

O Código de Ética Profissional de 1993 direciona as lutas ao lado da classe trabalhadora e em prol das minorias, que são expostas à barbárie do capital, onde o compromisso com essa classe materializa-se nos 11 princípios fundamentais, que são:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Esses princípios são as peças fundantes para a garantia e ampliação dos direitos dos sujeitos do campo e da cidade, sendo que a luta pela terra e a mobilização das minorias que são expostas a barbárie do grande capital constitui-se uma luta constante no exercício profissional do Serviço Social. Dessa forma, as estratégias de resistências contra as medidas de retrocessos (no cenário atual brasileiro temos o governo ilegítimo de Temer) devem ser construídas coletivamente, abrangendo a totalidade. Os movimentos sociais do campo e da cidade devem articular-se e fortalecer as suas pautas de luta, visto que, as particularidades destes espaços são movidas por relações heterogêneas, mas o horizonte de luta é equivalente, ou seja, a materialização de uma nova ordem societária, sem exploração e dominação de classe, etnia e gênero.

#### IV. CONCLUSÃO

Com base nas pesquisas realizadas para a realização deste trabalho, percebe-se que a realidade das comunidades afetadas pela expansão do agronegócio na Amazônia paraense está se transformando, de modo a intensificar as expressões da “questão social” na região.

As transformações do trabalho e do modo de vida das populações no campo acontecem por múltiplas determinações, tais como: a aquisição de alguns produtores rurais no ramo do empreendedorismo e a desapropriação do agricultor dos meios de produção, ou seja, da terra. O trabalhador que vendeu a sua terra não tendo outro meio de sobrevivência tem se transformado em trabalhador assalariado, pois agora terá que vender a sua força de trabalho as empresas onde as condições são precárias.

Com a falta de produção da agricultura familiar, a economia local também vem sendo afetada, um exemplo a ser destacado é a elevação dos preços dos alimentos, uma vez que se reduziu a área de produção, e, dessa forma, em acordo com a lógica do capital a lei da procura e da oferta tem ditado às regras do mercado local. Também se têm notado a reorganização do espaço físico-social, com alteração da paisagem rural e a perda de valores, costumes e tradições dessas comunidades. Outro impacto decorrente dessa inserção da dendeicultura dá-se nas formas de produção local baseadas no cooperativismo, na cumplicidade, no afeto, dando lugar à individualidade, à competitividade e à desigualdade social. Além disso, a saúde dos agricultores familiares está sendo afetada, devido ao desmatamento, a poluição dos rios, igarapés e do oxigênio por meio dos agrotóxicos entre outros meios que são utilizados para o cultivo do dendê.

Observa-se neste cenário, uma nova concepção de território, que tem como consequência dois processos, o êxodo rural e a migração da população de outros municípios para a região em busca de emprego, portanto, a realidade das comunidades afetadas pela expansão do agronegócio está se transformando, de maneira a acentuar a (re) produção das expressões da “questão social” na Amazônia paraense que afeta tanto o ambiente do campo quanto da cidade. Dessa forma, devido a essas novas relações sociais no campo, vê-se a importância do Serviço Social no meio rural onde a luta pela terra, a garantia pelos direitos da população rural e a organização social devem constituir um horizonte para a profissão, pautado no projeto ético-político.

## REFERÊNCIAS

Abaetetuba, suas localidades. Disponível em:

<https://cametaoara.blogspot.com.br/2010/12/abaetetuba-localidades.html>, acesso em: 12/06/2018.

BIOPALMA. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/biopalma-inaugura-planta-producao-oleo-palma-para-260612.htm>, acesso em:

11/06/2016.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 822/1993 de regulamentação da profissão.** 10ª ed. Ver. E atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRAZ, Marcelo & NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica.** 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** REVISTA NERA – ANO 7, N. 5 – AGOSTO/DEZEMBRO DE 2004 – ISSN 1806-6755.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: Elementos para uma Abordagem da “Questão Social” na região.** (Tese de Doutorado) 177f. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

GRUPO AGROPALMA. Disponível em: <http://www.agropalma.com.br/> acesso em: 12/06/2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação social.** 26 ed., São Paulo, Cortez, 2015 (pp. 27-42).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I / tradução de Reginaldo Sant'Anna. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company). Disponível em:

<http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/Neg%C3%B3cios/Paginas/default.aspx> acesso em: 12/06/2016.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético Político Profissional.** Revista Capacitação em Serviço Social e Política Social Brasília, 1999, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB.

\_\_\_\_\_. **Cinco notas a proposito da questão social.** Temporalis/Associação Brasileira de Serviço Social – Ano. 2, n.3 (jan. / jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001. 88p.

NAHUM João Santos & SANTOS Cleison Bastos. **Uma interpretação geográfica da dendeicultura na amazônia paraense.** Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). V.11, n.15, jan-jun. 2015. (p.309-331)



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial. Acesso em: 19/05/2016.

Disponível em: [www.mda.gov.br/biodiesel](http://www.mda.gov.br/biodiesel)

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dq/gesp>

PETROBRÁS Biocombustíveis (PBIQ).

<http://sites.petrobras.com.br/minisite/petrobrasbiocombustivel/>, acesso em: 11/06/2016.

Portuguesa GALP Energia. Disponível em:

<http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/Fundacao-Galp-Energia/Paginas/Home.aspx>,  
acesso em: 11/06/2016.

Relatório “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”. Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais, São Paulo. Disponível em:

<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf> acesso em: 03/03/2017.

FERREIRA, Vanilda Araújo. **As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.